

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1134/XIII/3.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE ADOTE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA PARA A RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS AFETADAS PELOS INCÊNDIOS

Passado pouco mais de um mês sobre o último fim de semana trágico de grandes fogos rurais nas regiões Centro e Norte do país, é altura de começar a articular estudos, relatórios, opiniões, legislação produzida (a título de exemplo refira-se que mais de 17 diplomas foram publicados a este propósito no Diário da República no período compreendido entre e 30 de Outubro a 3 de Novembro, uma autêntica floresta legislativa), o pacote legislativo conhecido por Reforma Florestal com as alterações entretanto introduzidas no decurso de apreciações parlamentares e as medidas mais recentemente aprovadas em sede de Orçamento de Estado.

Repare-se que, depois da aprovação da Reforma Florestal, em Julho de 2017, mais pessoas morreram, mais área florestal ardeu, o número de animais mortos foi talvez o maior de sempre, registaram-se avultados prejuízos em habitações, indústrias, incluindo zonas industriais e explorações agrícolas. Estima-se que só na região Centro em resultado dos últimos incêndios de 15 de outubro foram atingidas 12 000 explorações agrícolas.

Já depois de aprovada a Reforma Florestal e de divulgado o Relatório da Comissão de Peritos Independentes nomeada pela Assembleia da República que, além da análise das causas, aponta uma série de caminhos futuros, foi conhecido o Relatório produzido pela equipa liderada pelo professor Xavier Viegas que também analisa causas e propõe medidas de futuro.

Entretanto, inúmeros debates participados pelos melhores especialistas e dirigentes associativos se foram sucedendo um pouco por toda a parte. A título de exemplo, é de referir o documento hoje divulgado - “Incêndios, territórios e fragilidade económica e social: Pensar o país inteiro”, subscrito por 15 investigadores e especialistas de diversas universidades a partir de um mesa-redonda pública realizada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no dia 3 de novembro de 2017. Este documento constitui um importante contributo de um conjunto de investigadores de várias disciplinas que se dedicam a estudar a sociedade portuguesa, dando especial atenção às questões dos territórios, da floresta, da agricultura familiar, do desenvolvimento dos espaços rurais, da administração pública e da responsabilidade social e política. A ele deve ser dada toda atenção na definição de novas políticas ou na articulação das políticas para o interior, em especial na recuperação dos territórios ardidos e, em geral, para todo o interior rural.

Foi também publicado, em Setembro passado, o Plano para a Revitalização do Pinhal Interior. Esperava-se que este plano pudesse ser, do ponto de vista de uma intervenção sustentável e inovadora para aqueles territórios, uma espécie de projeto piloto para intervenção posterior noutros territórios. Contudo, corre-se o risco de poder vir a ser um somatório de medidas avulsas, sem estratégia perceptível e sem um pacote financeiro alocado à sua execução.

Por outro lado, o Governo dispõe de um Programa Nacional para a Coesão Territorial realizado pela Unidade de Missão do Interior, com base num diagnóstico pormenorizado e participado que pode ser o ponto de partida para a necessária intervenção. Em primeiro lugar nas áreas atingidas pelos incêndios do último verão e, de seguida ou ao mesmo tempo, em todo o território do interior.

Passando em revista o sítio da internet do ICNF, é possível encontrar vários relatórios com análises e recomendações produzidos na sequência de cada ano de grandes incêndios. Todos apontam basicamente as mesmas soluções. Invariavelmente, nunca foram atendidas as causas estruturais e nunca se executaram medidas para as atalhar. Mesmo quando tomadas foram timidamente executadas ou tiveram “veto de gaveta”. Atente-se no caso das ZIF – Zonas de Intervenção Florestal que nunca vieram a ter os apoios que efetivamente necessitavam e lhes foram prometidos, tendo essa falta de apoios levado à inoperância de muitas ZIF, entretanto criadas. Pelos vistos, será

necessário evidenciar uma suposta incapacidade de organização dos pequenos produtores, para abrir caminho à concentração capitalista da terra.

Também os Sapadores Florestais, que já se revelaram essenciais na prevenção e primeira intervenção em caso de incêndio, pela sua proximidade e conhecimento do território, nunca foram verdadeiramente apoiados. Os atrasos nos pagamentos são recorrentes, a formação é quase inexistente, não recebem o necessário reequipamento e atualmente cada equipa dá cerca de 20 mil euros/ano de prejuízo, situação in comportável para a maioria das organizações.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

- 1 – Reúna todos os relatórios, estudos, legislação e outros documentos que de algum modo se relacionam com a problemática dos incêndios rurais, de forma a promover a sua articulação e verificar a sua adequação face aos novos elementos produzidos;
- 2 – Não incentive projetos de reflorestação, nomeadamente ao abrigo do PDR, sem antes serem integrados em planos regionais de ordenamento florestal, devidamente integrados ao nível do município nos respetivos PDM, e tendo em conta a nova figura das Unidades de Gestão Florestal, forma de organização do minifúndio, fundamental para o ordenamento sustentável do território e da floresta;
- 3 – Crie com a máxima urgência um serviço público de extensão agroflorestal para apoiar a organização dos produtores e a reconstrução das explorações agrícolas e florestais.

Assembleia da República, 24 de novembro de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,